



## A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: fortalecimento do setor privado no Brasil

Viviane de Queiroz<sup>1</sup>

### Resumo

Esse artigo tem como objetivo analisar a expansão da Educação Superior brasileira no setor privado através da parceria público-privada. Desejamos ampliar o debate existente sobre a temática, aprofundando as análises sobre as diretrizes da reformulação da Educação Superior no Brasil nos anos de 1990 e início do século XXI, articulando com as políticas elaboradas pelo Banco Mundial para esse setor de ensino na América Latina, visando comprovar que tais políticas direcionam e contribuem para o fortalecimento do setor privado no Brasil, e constitui um projeto mais amplo de difusão de uma nova sociabilidade burguesa de mundo nos marcos do neoliberalismo.

**Palavras chave:** Educação Superior; Banco Mundial; Expansão e Financiamento.

### Abstract

This article is intended to analyze the expansion of Brazilian Higher Education private sector through public-private partnership. Wish enlarge the debate on the existing theme, the deeper analysis on the guidelines of reforming higher education in Brazil the year 1990 and the beginning of the XXI century, articulating with produced by the word bank policies to that level of education in Latin America, aiming the prove that such policies guide and contribute to strengthening the private sector in Brazil, and design is a wider dissemination of a new world in bourgeois sociability of marcos neoliberalism.

**Keywords:** Higher Education, World Bank; Expansion and Financing.

---

<sup>1</sup>Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense (UFF).E-mail: [iviane.queiroz@yahoo.com.br](mailto:iviane.queiroz@yahoo.com.br)



## I. INTRODUÇÃO

O presente artigo se constitui como resultado do trabalho de pesquisa realizado no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES), vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, ambos da UFF.

Esse estudo apresentado busca, portanto, analisar a expansão da Educação Superior brasileira no setor privado através da parceria público-privada. Desejamos ampliar o debate existente sobre a temática, aprofundando as análises sobre as diretrizes da reformulação da Educação Superior no Brasil nos anos de 1990 e início do século XXI, articulando com as políticas elaboradas pelo Banco Mundial para esse setor de ensino na América Latina, visando comprovar que tais políticas direcionam e contribuem para o fortalecimento do setor privado no Brasil.

A pesquisa em andamento é qualitativa e documental, buscando analisar as diretrizes da reformulação da educação superior brasileira, desenvolvido a partir de estudos sobre a contrarreforma do Estado, os quais objetivam investigar como essa política está sendo implementada, apreendendo a aparência e a essência do objeto em questão em suas múltiplas determinações. E de que forma esta reformulação permanece articulada com documentos elaborados e difundidos pelos Organismos Internacionais, especialmente pelo Banco Mundial.

Nesse sentido, possuímos como hipótese, a percepção que há uma intensificação do processo de empresariamento da Educação Superior brasileira na primeira década do novo século. Havendo duas faces deste fortalecimento, através do estímulo à alocação indireta de verba pública para instituições privadas de ensino superior através de ações como o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil (Lei nº 10.260/2001); PROUNI – Programa Universidade para todos (Lei nº 11.096/2005), e também direta através do Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior (BNDES, 2009), elaborado e implementado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.



Considerando a atualidade e relevância desta temática para contribuir com ações políticas dos estudantes e trabalhadores da educação comprometidos com a defesa e a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, buscando dar maior visibilidade ao processo de expansão do acesso à educação superior em curso no Brasil, que ocorre através da eliminação das fronteiras entre o público e o privado.

## **II. CRISE DO CAPITALISMO E A REFORMA NEOLIBERAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS PAÍSES PERIFÉRICOS**

A partir da década de 1970 instala-se na economia mundial capitalista uma crise estrutural, combinando baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, articulando o reordenamento do papel dos Estados, com as alterações na esfera produtiva e a difusão do projeto burguês de sociabilidade, conforme LIMA (2005).

Para controlar a crise de acumulação capitalista foram tomadas algumas medidas necessárias, como: a reestruturação produtiva, o reordenamento do papel dos Estados nacionais e a formulação de um novo projeto de sociabilidade, reconfigurando a participação dos Estados nacionais nas implementações das políticas sociais e diminuindo conseqüentemente, a alocação de verbas públicas para as áreas sociais. No pós 1970, temos um novo “regime de acumulação” que HARVEY (2008) denomina de flexível.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p. 12).

O autor afirma que o papel do Estado neoliberal é preservar e criar um arcabouço institucional adaptado a essas práticas, tendo como missão central criar condições favoráveis à acumulação lucrativa. Com o avanço do neoliberalismo nos países periféricos gerando um profundo processo de mercantilização dos vários setores sociais, especialmente a educação (objeto específico desse artigo), a política de educação



superior direciona-se para os interesses mercadológicos e de lucratividade do capital nacional e internacional.

Nos anos de 1980 ocorre a crise do endividamento dos países periféricos, causada pelo aumento das taxas de juros dos empréstimos do Banco Mundial (BM) aos países devedores. É quando, justamente, a ideologia neoliberal ganha força nos países da América Latina, busca-se, portanto, arrancar riqueza desses países na forma principalmente de juros.

Nos países periféricos, especialmente, a elevação na taxa de juros dos Estados Unidos no fim de 1979 implicou constrangimentos adicionais e crescentes ao avanço do endividamento externo que se estabelecia até então fundamentalmente associado do impulso interno da produção de bens e serviços. (...) A solução imediatamente recomendada pelos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, foi a ajuste exportador. Ou seja, a contenção forçada da demanda interna com estímulo às exportações (...). (POCHMANN, 2010, p. 84).

Segundo o autor, o Brasil teve reflexo desse contexto dos países endividados, desde o início da década de 1980 que exigiu ajuste fiscal permanente. Nesse sentido, “(...) o contingenciamento dos recursos orçamentários, a focalização do gasto público e o aumento da carga tributária se tornaram regra ao longo das duas últimas décadas do século 20”. (POCHMANN, 2010, p. 81).

A partir desse contexto econômico e político, que esses organismos internacionais, sujeitos políticos do capital, elaboram, monitoram e implementam as contrarreformas nos países periféricos, no qual está inserido o Brasil e como estratégia desse processo temos o avanço da ideologia neoliberal.

O Banco Mundial elabora em 1997, o “Relatório sobre o desenvolvimento mundial. O Estado em um mundo em transformação”, questionando o papel do Estado no desenvolvimento e defende que o “Estado é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social, porém não enquanto agente direto do crescimento, mas sim como um sócio, elemento catalisador e impulsionador deste processo” (BM, 1997, p.1, tradução nossa).

Propõem que o Estado se reconfigure, e que para ser eficiente precisa realizar “reformas” para que possa se adaptar ao “mundo em transformação”. Segundo Ugá



(2004), isso significa, para o Banco Mundial, que o Estado não deve ser mais promotor direto do desenvolvimento, deixando essa tarefa para os setores privados, porém criando um arcabouço jurídico que garanta a movimentação lucrativa desses setores.

É nesse sentido, que se configura a reforma neoliberal da política educacional, especificamente, a contrarreforma da educação superior, como uma importante estratégia de ampliação do campo de exploração lucrativa do capital em crise e de difusão do projeto de sociabilidade burguesa.

A destruição da esfera pública é a prioridade do projeto político neoliberal, pois é necessário que o Estado divida a responsabilidade do financiamento e a execução dos serviços públicos com o mercado, sob o discurso de que em muitos países, os monopólios públicos de infraestruturas, serviços sociais e outros bens e serviços tem poucas probabilidades de ser eficazes. O Estado é tido como um facilitador e parceiro dos mercados, UGÁ afirma que para o Banco Mundial, os Estados:

[...] devem voltar sua ação para a implementação e adaptação de instituições que estimulem um melhor desempenho dos mercados. Assim, o Estado deve, por um lado, facilitar e garantir o bom funcionamento dos mercados; seu papel seria delineado pela necessidade de construir-se novas instituições, modificar as existentes e eliminar as que não servem mais para tal objetivo [...] (UGÁ, 2004, p. 57, grifos nossos).

Reforçando o desenvolvimento do setor privado, o Banco, propõe a retirada da responsabilidade exclusiva do Estado na implementação das políticas sociais, ou seja, “um processo de privatização bem administrado produz grandes benefícios econômicos e fiscais” (BM, 1997, p. 1997, tradução nossa). Defendendo assim, o corte nos gastos sociais e cada vez mais a destruição dos direitos sociais.

Sendo o cerne do relatório de 1997 do Banco Mundial a defesa do reordenamento da atuação do Estado na periferia do capital, no qual há um intenso processo de privatização dos serviços públicos, onde está inserida a política educacional, especialmente a educação superior, um processo que será aprofundado no final da década de 1990.

Essa lógica de “empresariamento” da educação está presente na política do Banco Mundial para a periferia do capital. Nesse contexto, fica evidente que a educação superior, conforme expressão do BM é concebida como um dos principais instrumentos



de difusão do projeto burguês de sociabilidade e um promissor campo de exploração lucrativa, especialmente nos países da periferia do capitalismo.

A essência desse discurso, como foi analisada anteriormente, é a defesa da não exclusividade do financiamento público para as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e a intensa participação do setor privado na educação superior através das isenções fiscais regulamentados pelo Estado. As políticas do Banco Mundial são compartilhadas pelos governos locais da América latina, para atender os interesses da burguesia nacional e internacional, visando o empresariamento do ensino superior público da periferia do capital, e a ampliação e fortalecimento do setor privado.

### **III. O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Governos nacionais compartilham com as políticas elaboradas e direcionadas pelos organismos internacionais, defendendo um Estado que consolide e represente as políticas educacionais desses sujeitos políticos do capital. O processo da contrarreforma do Estado tem início no Brasil em 1990, no governo Fernando Collor, aprofundando a retirada do Estado da execução e dos investimentos na área social; a privatização do patrimônio nacional; o ajuste fiscal; abertura do mercado brasileiro; a desregulamentação do mercado de trabalho e da legislação trabalhista. (Lima, 2005)

Verificamos que as políticas educacionais do Banco Mundial são incorporadas à política de educação superior brasileira. Em plena consonância com o projeto neoliberal, os governos brasileiros – Fernando Collor, Fernando Henrique e Luiz Inácio – demonstram seus mecanismos de caráter privatista e mercantilização dos direitos sociais através das suas principais ações para área da educação superior: CREDUC – Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes (Lei nº 8.436/1992); FIES – Fundo de Financiamento Estudantil (Lei nº 10.260/2001); PROUNI – Programa Universidade para todos (Lei nº 11.096/2005). Essas ações estimulam a alocação indireta de verbas públicas para as instituições privadas.

O CREDUC foi criado no governo Fernando Collor que institucionaliza o “Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes”, sendo financiado através de verba pública “os encargos educacionais entre cinquenta por cento e cem por cento do valor da mensalidade ou da semestralidade, depositado pela Caixa Econômica Federal na



conta da instituição de ensino superior participante do programa”. (§ 2º do Art. 2º - Lei nº 8.436/1992).

No governo Cardoso cria-se o FIES com as mesmas fontes de recurso do CREDUC a lógica privatista não será somente mantida, mas ampliada. Segundo o Art. 1º da Lei nº 10.260/2001 será “destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos”. O financiamento destina-se aos estudantes matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica, bem como em programas de mestrado e doutorado, para os quais serão financiados até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados dos estudantes pelas IES privadas.

O estímulo ao empresariamento da educação superior brasileira foi aprofundado no governo Luiz Inácio, com a importante estratégia de diluição das fronteiras entre público e privado. O PROUNI criado por esse governo, que segundo o Art. 1º da Lei nº 11.096/2005, concede bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) “para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos”. Podemos perceber que a lógica privatista continua, e o PROUNI é emblemático nesse sentido, pois nada mais é do que a compra de vagas em universidade privada com recursos públicos, dando em troca ampliação da isenção fiscal aos empresários da educação.

Esse programa apresenta como contrapartida para as IES privadas, isenção dos seguintes tributos: 1) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ; 2) Contribuição sobre o lucro Líquido – CSLL; 3) Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS; 4) Contribuição para Programa de Integração Social – PIS.

Atualmente o fortalecimento do setor privado se dá com duas faces. Não só de forma indireta, através de isenção fiscal, como o PROUNI. Ocorre também de forma direta, através do Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior – Programa IES, com vigência de 2009 a 2014 (BNDES, 2009, p. 227), elaborado e implementado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinando verba pública para as IES privadas. Entre os itens que serão financiados, estão:



“obras de melhoria de infraestrutura; máquinas e equipamentos de fabricação nacional que sejam credenciados pelo BNDES; livros, nacionais e importados, para constituição do acervo das bibliotecas; softwares nacionais didáticos, dedicados à melhoria da gestão administrativo-financeira, importação de equipamentos que não apresentem similar na indústria nacional e projetos de reestruturação financeira.” (MEC, 2012).

Precisamos rever esse processo de expansão do acesso à educação superior, que ocorre através da eliminação das fronteiras entre o público e o privado, por meio da compra de vagas em instituições privadas.

#### IV. CONCLUSÃO

Visando preservar a produção e a acumulação capitalista, o Estado burguês tem papel fundamental. Segundo ENGELS e MARX (2009, p. 112) “(...) *o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns (...)*”. Esse apresenta-se como Estado para todos, apresentando como estratégia de reafirmação desta ordem societária considerar o conjunto das reivindicações da classe trabalhadora, para enquadrá-las à ordem burguesa.

As análises desenvolvidas apontam que o processo de expansão da Educação Superior no setor privado, sob a aparência de ampliação do acesso atende aos interesses da burguesia local e internacional, uma vez que retira do Estado o papel de provedor submetendo a educação aos interesses do mercado, além de promover a “*criação do fetiche da ‘democratização’ e do aumento no índice de escolarização*” (LIMA, 2009, p.10) dos trabalhadores e dos filhos dos trabalhadores.

Nesse contexto, entendemos que a aparência, a imediatez do fenômeno não é falsa. Entretanto devemos desvendar a essência do discurso hegemônico, que omite um projeto de dominação de uma classe sob outra. IANNI (2011) destaca que a reflexão dialética de Marx é fundamentalmente crítica em duplo sentido de que não “*toma a realidade como ela se apresenta imediatamente, mas sim a toma como misteriosa; e questiona esta realidade até descobrir os seus nexos internos, ou seja, a essência do real*” (IANNI, 2011, p. 142).

Contudo, devemos estar atentos a todos os passos desses importantes sujeitos políticos do capital. Fortalecendo o conjunto dos movimentos sociais, comprometidos com





a defesa e a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, como direito universal e dever do Estado.

## V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. O Estado em um mundo em transformação. Washington, 1997. Disponível em <http://www.bancomundial.org.br> Acesso em agosto de 2010;

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – O apoio do BNDES a instituições de ensino superior (IES): uma análise do primeiro Programa IES (1997-2007). Disponível em <http://www.bndes.gov.br/> Acesso em julho de 2012;

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992. Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. Brasília, 1992. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8436.htm) Acesso em julho de 2012;

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm) Acesso em julho de 2012;

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm), Acesso em julho de 2012;

HARVEY, David. O NEOLIBERALISMO: histórias e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008;

IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011;

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reforma da Educação Superior nos anos de contrarrevolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005;



\_\_\_\_\_ . Ensino a distância, organismo internacional e mercantilização da educação superior. Revista PUC Viva, São Paulo, ano 10- nº 35, p. 6-12, 2009;

MARX, Karl / ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 1.ed – São Paulo: Expressão Popular, 2009;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programas e Ações. Brasil, 2012. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14195&Itemid=820](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14195&Itemid=820) Acesso em julho de 2012;

POCHMANN, Marcio. Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil. São Paulo: Cortez, 2010;

UGÁ, Vivian Domínguez. “A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial”. Revista de Sociologia e Política nº 23 – Nov. de 2004.